

NILO CÉSAR BATISTA DA SILVA. *As paixões da alma e as vicissitudes do desejo em Santo Agostinho*. Curitiba: Editora CRV, 2018. ISBN: 978-85-444-2137-6.

É com imensa satisfação que recebemos a obra publicada pelo Dr. Nilo César Batista da Silva na Editora CRV, divulgando a investigação de que resultou a sua tese de doutorado realizada na Universidade do Porto, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Paula Oliveira e Silva: *As paixões da alma e as vicissitudes do desejo em Santo Agostinho*. Trata-se de uma valiosa contribuição, não só para a comunidade filosófica de estudos agostinianos no Brasil, haja visto o tema das paixões da alma que desperta interesse em várias áreas do conhecimento, mas para quantos se empenham no estudo e compreensão do homem, considerado nos seus segredos mais profundos, perpassado pela experiência de cisão e crise em que se encontra mergulhado.

A presente edição está composta por três capítulos ligados pelo tema da interpretação agostiniana acerca das paixões da alma humana. Como muito bem apresenta a Dr.^a Paula Oliveira e Silva no prefácio à referida edição, “o objetivo da obra é trazer à luz a psicologia das paixões da alma humana, tal como Agostinho a descreve e como pode ser lida em algumas obras paradigmáticas do seu vasto legado. Além disso, mostrar que paradigma do humano se edifica, quando se compreende o ser humano à luz dos pressupostos do pensamento de Agostinho” (p.13). Sendo assim, encontramos na presente obra uma análise bem cuidadosa acerca das grandes questões que giram à volta da compreensão da psicologia das paixões, na qual são postos em relevo três traços fundamentais: a problemática do desejo na antiguidade tardia, suas variações na relação corpo/alma até à depuração das paixões na dialética do homem interior. Esses três traços estão, certamente, em estreita correlação, uma vez que “há uma questão comum na qual podemos identificar uma experiência única em que se fundamenta todo o pensamento na Antiguidade: o da relação do homem com o ser, sempre respondida no horizonte de uma relação de desejo” (p.17). Por outro lado, é necessário enfatizar as várias nuances dadas à questão, bem como os diferentes resultados que se apresentam desde a abordagem grega até à

consideração agostiniana que tem por base a questão do desejo como origem de todo movimento passional da alma humana.

Já na Introdução (pp. 17-23) temos uma apresentação das linhas gerais abrangendo aspectos fundamentais para a compreensão da obra. O autor pretende apresentar uma visão panorâmica de sua investigação, delimitando o método, escolha de referencial teórico e sobremaneira justificando alguns aspectos e aporias encontradas na pesquisa.

No primeiro capítulo intitulado “A problemática do desejo na antiguidade tardia”, o autor apresenta a diversidade de abordagens acerca das paixões, partindo dos termos usados para designar as paixões, para adentrar no seu significado e preponderância na vida humana. A análise toma como ponto de partida as considerações sobre desejo e prazer nos diálogos platônicos, uma vez que, para o autor, “Platão foi quem melhor formulou, nos seus diálogos, a questão do desejo como dimensão vital da estrutura humana, verificando que na gênese do prazer se inscreve necessariamente um desejo e este exerce um papel essencial na construção da felicidade” (p.26). Na abordagem sobre o papel do desejo na teoria aristotélica das emoções, vemos como a teoria das paixões assume seu papel eminentemente prático, com a consideração acerca da experiência prática da vida, lugar onde efetivamente se radica de forma inteira o desejo humano de ser feliz. O autor chama a atenção para o fato de que na perspectiva de Aristóteles, as paixões são entendidas como algo enraizado na vida humana, “como características de sua própria existência, ou seja, as emoções estão vinculadas ao decurso da vida moral como um tipo de tendência, ou impulso, inextirpável” (p.34). Na primeira parte do livro, o autor dedica-se amplamente a investigar sobre o tema das paixões da alma na doutrina estoica, talvez movido pelo reconhecimento do inegável contributo dessa doutrina para a compreensão dos grandes sistemas filosóficos do mundo ocidental, em variadas abordagens, no processo de helenização do mundo latino. “A análise das emoções e a sua avaliação moral, o conceito de autossuficiência e da liberdade do sábio ficaram e permanecem entre as mais típicas formulações da ética tradicional estoica” (p. 36). Com efeito, Nilo Silva afirma-se convicto de que “a concepção de Santo Agostinho sobre as paixões da alma, de alguma maneira, nos remete à doutrina estoica das paixões” (p.42). Por isso, o autor analisa a doutrina das paixões elaborado pelos romanos Marco Tulio Cícero e Sêneca, ambos

na esteira do estoicismo grego, e mostra como estas teorias ampliam as doutrinas antecedentes (cf. pp.43-49). Todo esse trabalho desenvolvido até aqui no primeiro capítulo, tem a intenção de preparar o que o autor denomina de “variações conceituais entre o agostinismo e o estoicismo” (pp.49-55). Podemos observar como o autor formula alguns argumentos absolutamente decisivos na elaboração da doutrina das paixões em Agostinho, vinculada à doutrina estoica nos seguintes aspectos: “(i) A felicidade do sábio não depende das realidades externas, mas está dentro dele; (ii) O sábio, pode ser tocado ao de leve por um outro contratempo, mas para ele o sumo bem permanece inalterável; (iii) Quando a razão é plena e consumada proporciona ao homem a plenitude, levando-o a atingir a sua finalidade natural” (p.51).

O segundo capítulo, com o título “Antropologia do *homo totus*, variações do desejo na relação corpo/alma”, tem como objetivo fazer uma identificação do caráter versátil da noção de paixão da alma, ou do corpo, e suas variações no vértice do pensamento tardio-antigo (pp.57-102). Inicialmente, o autor assinala uma dificuldade que se estende a outras linhas de estudos em Agostinho: o fato da ausência de um tratado sistemático sobre o tema das paixões. Mas lembra, também, a presença constante de questões relativas à condição humana e suas vicissitudes, o desejo, a vontade, a situação fronteiriça entre os limites da liberdade e sua relação com o mal (p. 57). Um fato de significativa relevância é a superação do maniqueísmo, operada gradativamente, pela demolição do seu edifício dualista e posterior composição de uma ontologia de caráter relacional, constitutiva da ideia de “*homo totus*”, dito na fórmula corpo/alma/espírito. Isso se manifesta de maneira bem característica na “ideia de um composto humano unitivo, guiado pelo princípio neoplatônico da superioridade da alma sobre o corpo” (p.58). Sabemos que o neoplatonismo teve um papel preponderante na definição agostiniana de natureza e potencialidade da alma. É o que o autor deixa claro ao dizer que “a perspectiva hierárquica e relacional da composição alma/corpo situa Agostinho na posição neoplatônica. Uma vez que esta doutrina considera a alma uma realidade espiritual e superior no homem, o corpo deve colocar-se numa posição de subordinação. Dessa forma, a união corpo e alma se apresenta como meramente acidental. Em *De quantitate animae*, Agostinho confirma essa noção de alma como substância dotada de razão e, portanto, devidamente apta para governar

o corpo e sua grandeza” (p. 58). Entretanto, o corpo, ainda que considerado um bem menor, sem vida própria, ocupa uma posição na escala dos bens criados. O autor enfatiza que a antropologia agostiniana manifesta que a bondade ou malícia do corpo depende da retidão no bom ou mau uso que dele fazemos. Para ele, Agostinho assume mesmo a tarefa de livrar o corpo das penas impostas pela tradição platônica, porque na sua concepção, a malícia não está no sentido do corpo, mas na alma propulsora da vontade (cf. pp.60-62). Podemos atestar essa linha de raciocínio quando escreve: “Através de Agostinho, o discurso filosófico e teológico sobre o corpo adquiriu radicalmente novo significado para a filosofia, não apenas na fórmula da metáfora paulina sob o signo de que o corpo não deverá ser apenas a morada da alma, mas uma dimensão integrante e constitutiva do homem em união com a alma. Aquilo que sou, possui indissociavelmente uma dimensão corpórea na antropologia agostiniana, de modo que a composição corpo/alma ganha espaço na mundividência medieval e a sua nova versão será a do *homo totus*, onde a natureza humana é constituída de alma, espírito e carne, como elemento importante para a definição de sua essência, e não unicamente a alma” (p.63).

No terceiro capítulo, “A depuração das paixões na dialética do homem interior” (pp.103-138), temos uma importante abordagem que visa esclarecer o princípio da vida interior como pressuposto para o exercício da ascese na alma humana. Isso porque, segundo o autor, a depuração das paixões na mente dá-se exatamente por meio da ascese, sempre no intuito de alcançar a visão plena da realidade verdadeira, pela reflexão acerca de si mesmo até atingir sua pura realidade espiritual. Trata-se de um exercício para a alma que supõe ultrapassar os sentidos corporais, mergulhar em si mesma para encontrar, dentro de si, abertura e acolhimento (cf. p.103). O autor, acertadamente, nos conduz para o diálogo *De quantitate animae*, onde Agostinho indica os degraus necessários para que se faça a transposição entre a vida guiada pela exterioridade das sensações e a vida do homem interior (*De quant. animae*, XXXIII, 70-76). No esforço perseverante da alma que se lança, degrau por degrau, à procura do conhecimento acerca do Bem, está o segredo para a ascensão ao que há de melhor e mais perfeito para a realidade humana, Deus. Essa plenitude, para Agostinho, mesmo que esteja reservada à consumação na vida futura, está presente, desde já, no

desafio do esforço do homem interior no sentido de purificar as paixões da alma. É o que muito bem expressa Nilo Silva, quando escreve: “Não obstante, a *beata vita* poderá ser desejada na medida em que a amamos apropriadamente em dignidade” (p.104). De acordo com Agostinho: “A vida feliz se não se ama, não se tem. Mas se ama e se tem a vida feliz, necessariamente que se ama, acima de tudo o mais, a vida feliz – porque é por causa dela que se tem de amar tudo o que se ama. Mas se se ama a vida tanto quanto ela é digna de ser amada (pois não é feliz quem não ama a vida feliz como ela é digna de ser amada), é impossível que quem assim a ama a não deseje eterna. Portanto, a vida, quando for eterna, então é que será feliz” (*De civitate Dei*, XIV, 25). No embate do percurso de ascensão da alma para Deus, Agostinho sinaliza para a importância da memória, que é considerada na presente obra, em dois momentos significativos: a *exercitatio* da memória no itinerário para Deus (pp.113-122), onde a memória representa o esforço de Agostinho para encontrar o itinerário da verdade; e o *affectus* na memória (pp.122-133), ressaltando a constatação dos afetos retidos na memória a partir da leitura atenta do Livro X de *Confissões*. Como aporte para a exposição desse tema Nilo Silva enfatiza a importância da análise que Agostinho faz das paixões em *De civitate Dei*, com sua analogia entre o processo de ruminação dos alimentos na digestão e a evocação dos afetos que estão sempre ruminando na memória humana (pp.125-126).

Integrando, ainda, o terceiro capítulo temos dois pontos considerados, talvez os mais densos e bem trabalhados, onde vemos exposta a alma inquieta e voluntariosa do autor: *voluntas et ratio*, cognição das paixões na *mens* (pp.126-133) e *ordinata dilectio*, a alma em busca de gravitação (pp.133-138). Primeiramente, não há como não identificar a vontade como elemento essencial nas considerações agostinianas acerca da contingência nossa de cada dia. Para o autor, “a verdade é que a alma se move, por si mesma, porque nela existe *uoluntas* [...]. A vontade humana poderá tender e decair para objetos inferiores, mas a sua potência advinda da gravidade permite o retorno de ascensão das realidades inferiores às superiores, pelo mérito de sua própria autodeterminação e controle. Visto que o espírito é movido pela vontade, isto é, pela potência da alma de querer, nada poderá jamais tornar a mente escrava da paixão, a não ser a própria vontade” (p. 127). Em segundo lugar, temos evidenciado o papel de um ponto de equilíbrio, qual centro

de gravidade para o qual converge toda a força do ser, a “*ordinata delectio*”, caracterizado pela intensidade e perenidade de sua força, em contraposição ao caráter efêmero e fugaz da paixão. Como lembra o autor, na compreensão agostiniana a “*ordinata delectio*” é inclinação para agir ordenadamente conforme o bem. Por sua vez, o amor é o ato mais profundo do ser humano e o que o caracteriza na sua essência. A ciência e o conhecimento podem ser de grande ajuda e importância, mas, como tais, não podem fazer com que uma pessoa seja boa; isso é exclusivo da própria vontade movida pelo amor. Sendo assim, “o amor deve ser considerado a *uoluntas* que age como ponderação para o discernimento da vida e dos bons afetos escolhidos no percurso da felicidade” (p.136). O autor conclui o capítulo com uma profunda consideração acerca da definição de amor enquanto *ordinata delectio* formulada por Agostinho, identificando três elementos de sua constituição ontológica, como expressão do movimento interno do ato de amar manifestado por uma lei cósmica universal no reino dos corpos e dos espíritos (cf. p.136-137).

Do exposto até aqui, podemos apenas entrever um pequeno vislumbre do grandioso trabalho do Dr. Nilo Silva acerca da problemática das paixões evidenciando, no panorama das reflexões presentes no pensamento antigo, a magnífica visão voluntarista agostiniana. Nas suas considerações finais (cf. pp.139-143), o autor, depois de elencar a problemática do prazer e do desejo nos escritos platônicos, passando pela elaboração de pensadores romanos, acentua a posição estoica como emblemática na contraposição feita por Agostinho, quando escreve: “Os estoicos consideram que há um impulso primário na natureza, *primus motus*, que é irracional, e sobre o qual nem o sábio tem domínio. A vida feliz é, então, o pleno domínio da razão sobre o corpo, até obter uma perfeita tranquilidade de espírito. Em contraposição, Agostinho vai justificar esse *primus motus* pela desordem introduzida na natureza humana através do pecado original; desse modo, não é apenas pela razão que o homem obtém o domínio das paixões, mas pela força da vontade” (p. 141). Acentua, assim, o caráter inovador do pensamento de Agostinho, como constitutivo da integração das paixões e do corpo na proposta da construção e da busca da felicidade. Trata-se de uma integração que se efetiva no dinamismo da *mens*, onde está radicado o conhecimento da verdade, condição para a vida feliz. Para o autor,

“segundo Agostinho, há no homem um desejo sensível que também deve se voltar ao Bem soberano, submetendo-se à ordem da razão e permitindo-se, por isso mesmo, contemplá-lo melhor. É, portanto, a alma inteira que deve amar aquilo que somente o pensamento pode contemplar e é pelo amor assim esclarecido pela razão que a alma atingirá sua meta” (p. 143).

Maria Célia dos Santos

Universidade Federal do Cariri - UFCA